

PROCESSO - A. I. Nº 207136.0001/99-8
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - BARRY CALLEBAUT BRASIL S/A (CHADLER INDUSTRIAL DA BAHIA S/A.)
RECURSO - REPRESENTAÇÃO DA PGE/PROFIS – Acórdão 2º CJF nº 1013/00
ORIGEM - INFAZ ILHÉUS
PUBLICAÇÃO - INTERNET 27/12/2017

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0339-11/17

EMENTA: ICMS. EXCLUSÃO DE DÉBITO POR IMPROCEDÊNCIA. Representação proposta de acordo com os arts. 119, II, §1º c/c 136, §2º, ambos da Lei nº 3.956/81 (COTEB), fundamenta a fim de excluir o débito inserido na infração 1, por ter o autuado ingressado com Pedido de Controle de Legalidade sob o argumento da não incidência do ICMS nas transferências interna de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte. Representação ACOLHIDA. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Nesta oportunidade processual cuidam os autos de Representação proposta pela PGE/PROFIS, amparada nos artigos 119, inciso II, e seu § 1º, c/c 136, § 2º, ambos da Lei nº 3.956/81 (COTEB), face ao Controle da Legalidade exercido por aquele Órgão, atendendo ao pedido formulado pelo contribuinte (fls. 278/284), consoante previsionado na regra 31-A, inciso I, da Lei nº 8.207/02, com a redação introduzida pela Lei Complementar nº 19/03, propondo que seja declarada a improcedência da infração identificada como 01, constante do Auto de Infração supra identificado, lavrado em 30/12/1999, a qual exige pagamento de ICMS por ter o autuado efetuado saídas de produtos em transferência para estabelecimento situado neste Estado, pertencente ao mesmo titular, com preço inferior ao custo de produção.

A Procuradora, Dr^a. Ana Carolina Moreira, apresentou Parecer às fls. 291 a 306, sustentando que, do exame dos elementos processuais, constata-se que, de acordo com o atual entendimento da PGE/PROFIS, não há incidência do ICMS quando ocorre a transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte – Súmula 166.

Concluiu a ilustre Procuradora no sentido de que, com fulcro no inciso I do § 5º, do art. 113 do Decreto nº 7629/1999 – RAPAF, fosse representado ao CONSEF, haja vista que constitui ilegalidade flagrante se prosseguir na cobrança do crédito tributário quando as circunstâncias dos autos já desobrigam o devedor, como é o caso dos autos.

A Dr^a Rosana Maciel Bittencourt Passos, Procuradora Assistente, em despacho de fl. 309, homologou o Parecer de fls. 291/306, da lavra da Dr^a Ana Carolina Moreira, com suporte nos autos do incidente de Uniformização nº PGE 2016.169506-0, que dispõe não incidir ICMS nas operações de transferências internas de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular, portanto incabível o prosseguimento da cobrança em relação à infração 1.

VOTO

Versa a procedimentalidade sob análise de Auto de Infração lavrado para exigir o imposto de R\$114.713,46, face a ter efetuado saídas de produtos em transferência para estabelecimento situado neste Estado, pertencente ao mesmo titular, com o preço inferior ao custo de produção.

Fácil é perceber, do exame dos autos, principalmente do Parecer da PGE/PROFIS de fls. 291/306 e

fl. 309 que a improcedência da infração é latente, não cabendo ao sujeito passivo responsabilidade tributária pelo lançamento original, de acordo com o entendimento do Fisco estadual.

Tal fato é incontroverso, inclusive reconhecido pela própria PGE/PROFIS ao consignar a inexistência de qualquer irregularidade capaz de comprovar o lançamento imputado.

Nesse quadro circunstancial, entendo correta, incensurável, em consonância com os ditames legais, portanto, a merecer chancela, a posição da PGE/PROFIS, propondo a improcedência da infração designada como de nº 01 do Auto de Infração nº 207136.0001/99-8, eis que contém ilegalidade flagrante e vício insanável.

Do exposto, voto pelo ACOLHIMENTO da Representação proposta, nesse contexto, considerando Improcedente a aludida infração 1.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta e julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 207136.0001/99-8, lavrado contra **BARRY CALLEBAUT BRASIL S/A (CHADLER INDUSTRIAL DA BAHIA S/A.)**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.549,28**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 61, II, “a”, da Lei nº 4.825/89, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores comprovadamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de novembro de 2017.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

VALNEI SOUSA FREIRE – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JUNIOR - REPR. DA PGE/PROFIS